

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR



Mobilizações da classe trabalhadora pautam o fim da escala 6x1 por uma jornada de 30h semanais

Mobilizações da classe trabalhadora pautam o fim da escala 6x1, por uma jornada de 30h semanais! O primeiro ato unificado contra a escala 6x1 ocorreu no dia 15 de novembro em inúmeras cidades brasileiras. As mobilizações contavam com faixas, bandeiras, cartazes e panfletos que pautavam a proibição da escala 6x1, com redução para 4 dias trabalhados e 3 dias de descanso. De norte a sul do país, nas capitais e nas cidades do interior, as manifestações mantiveram a pauta central na denúncia dos efeitos de uma escala com apenas um dia de descanso. **pág. 6**



GOLPE DE ESTADO:

PF expõe plano de golpe de militares e retoma debate sobre impunidade nas Forças Armadas. **pág 2**

GUERRA ÀS DROGAS:

PEC do governo Federal reforça a lógica de guerra às drogas na segurança pública. **pág 3**

LUCRO ACIMA DA VIDA:

Mineração ameaça a vida da população amazônica. **pág 8**

OFENSIVA SIONISTA:

Jornalista que presenciou ataques de Israel contra o Líbano critica cobertura brasileira. **pág 12**

Editorial

Enfim, às massas!

Após um saldo negativo nas eleições municipais deste ano, que serviram para sacramentar a derrota da malfadada Frente Ampla pe-tista em prol do crescimento estrondoso e indiscutível da direita fisiológica e da extrema-direita, os trabalhadores brasileiros tomaram as ruas novamente, em manifestações massivas pela redução da jornada de trabalho no país, pauta histórica do proletariado.

Na história do movimento operário, a luta pela redução da jornada de trabalho sempre foi um forte ponto de apoio para o crescimento da mobilização e organização do proletariado enquanto uma classe com interesses independentes, caminhando no sentido da superação de sua subordinação política. Em sua época, a luta internacional pela redução da jornada para 8 horas diárias sempre foi acompanhada pelo choro dos empresários e políticos burgueses, que ameaçavam terríveis consequências econômicas e taxavam de “vagabundos” os trabalhadores que denunciavam e lutavam contra a exploração. Isso não é à toa: eles sabiam que a luta pela redução da jornada de trabalho é, tanto quanto uma luta econômica pela valorização da hora trabalhada e contra a exploração, também uma luta por um princípio: o princípio da organização da economia em favor dos interesses dos trabalhadores. Segundo ele, os avanços das forças produtivas devem reverter-se em mais tempo livre para as massas produtoras e não em mais exploração e desemprego. Depois de quase um século da luta pela jornada de 8 horas diárias, em uma época em que os desenvolvimentos do capitalismo aprofundam a exploração e o desamparo do proletariado, não é inesperado que o tema da redução da jornada de trabalho seja novamente colocado na ordem do dia da luta de classes, nem é inesperado que mais uma vez os cães de guarda dos milionários e bilionários ladrem contra as reivindicações proletárias. Para os comunistas, essa é mais uma das principais batalhas entre a economia política dos trabalhadores e a economia política do capital.

Apontamos para a necessidade de ir muito além da simples pressão individual aos deputados federais e senadores. As lutas da classe trabalhadora por direitos e condições de vida nunca tiveram resultados duradouros quando se apoiaram apenas na luta parlamentar. Por isso, precisamos converter a mobilização, que despon-ta de maneira expressiva, em uma grande Jornada de Lutas Contra a Escala 6x1, que amplie o grau de atividade e organização da nossa classe. Todos os trabalhadores, em particular os que trabalham nessa escala, devem *exigir de seus sindicatos a adesão irrestrita e ativa a essa luta*. Devemos construir comitês de agitação, grupos, articulações e demais ferramentas coletivas unitárias com todos os trabalhadores que desejam se engajar politicamente nessa luta: somente assim será possível dar fôlego à dura luta pela redução da jornada de trabalho. Quanto mais fortes, democráticos, participativos e ativos forem esses instrumentos, tanto mais colheremos vitórias nessa luta, como a retomada combativa de diversos sindicatos dessas categorias, que estão hoje nas mãos de centrais sindicais de direita, como a Força Sindical e a UGT, ou social-liberais, como a CUT e a CTB. Usar o impulso dessa mobilização para construir oposições combativas nesses sindicatos é uma das tarefas mais importantes que nosso movimento encontra pela frente, em uma perspectiva de reorganização da classe trabalhadora.

EDITOR-CHEFE:

Stella Aragão

CHEFE DE REDAÇÃO:

Vinícius Okada

CONSELHO EDITORIAL:


Diego Miranda, Gabriel Colombo, Gabriel Lazzari, Gabriel Tavares, Gustavo Pedro, Jones Manoel, Kauana Niz e Lígia Orlandin.


PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:


Ana Vieira

Leia também pela internet:

jornalofuturo.com.br

 @Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

 @Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

 @Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Política

PF expõe plano de golpe de militares e retoma debate sobre impunidade nas Forças Armadas

Práticas autoritárias enraizadas no aparelho militar brasileiro são herança direta da ditadura empresarial-militar de 1964

A Polícia Federal (PF) desvendou no último período um plano envolvendo militares do Exército e um policial federal para realizar um golpe de Estado no Brasil no final de 2022. As investigações apontam que o grupo pretendia envenenar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSD) e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A operação, batizada de Contragolpe, resultou na prisão de cinco integrantes do grupo, entre eles o general da reserva Mário Fernandes, ex-secretário-executivo do governo Bolsonaro e figura central na articulação do plano. Segundo a PF, os envolvidos monitoraram os passos das autoridades desde novembro de 2022 e participaram de reuniões estratégicas para planejar o golpe, incluindo um encontro na casa do ex-ministro da Defesa Walter Braga Netto.

O Supremo Tribunal Federal recebeu o relatório final da investigação, que inclui na lista de indiciados nomes centrais no governo de Jair Bolsonaro, como Alexandre Ramagem, ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Anderson Torres, ex-ministro da Justiça, Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional e Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência e figura essencial na condução das investigações por conta da sua delação premiada, Valdemar da Costa Neto, Presidente do Partido Liberal (PL) e Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa. Os indiciados foram acusados pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa.

De acordo com as investigações, as ações planejadas incluíam não apenas assassinatos de autoridades, mas também a desestabilização das instituições, com ataques ao sistema eleitoral, produção de desinformação e tentativas de manipulação de estruturas do Estado em benefício próprio. Esse caso não é uma exceção na história recente do Brasil: Ele reflete a continuidade de práticas autoritárias enraizadas no aparelho militar brasileiro, herança direta da ditadura

empresarial-militar de 1964. A conivência histórica de setores das Forças Armadas com movimentos golpistas se manifestou novamente durante a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, quando militares e policiais assistiram complacentes à invasão das sedes dos Três Poderes por golpistas bolsonaristas.

Ainda que o alto comando militar, até onde se sabe, não tenha dado ordens explícitas para o golpe, sua permissividade consciente e o silêncio em momentos decisivos indicam que a estrutura atual das Forças Armadas continua demonstrando os limites e as fragilidades do processo de redemocratização brasileira. Após a tentativa de golpe de 8 de janeiro, a punição de golpistas tem sido seletiva e insuficiente. Enquanto pequenos depredadores foram presos, figuras do alto escalão militar e seus financiadores seguem sem responsabilização efetiva. No Senado, projetos de lei, como o de autoria do general Hamilton Mourão, tentam garantir anistia aos envolvidos.

Esse cenário remonta ao pacto de silêncio da transição democrática dos anos 1980, que concedeu anistia a agentes da ditadura. É imprescindível romper com essa tradição de impunidade para garantir que militares golpistas sejam afastados e julgados, sem privilégios ou tribunais militares que funcionam como escudos corporativistas. A estrutura militar ainda carrega vestígios da doutrina de “Segurança Nacional” que promove o controle e a repressão dos movimentos populares por meio de um ostensivo aparato militar.

As Forças Armadas no Brasil são os aparatos repressivos dos grandes empresários e serão sempre complacentes com os seus interesses. Por mais que esteja clara a intenção golpista, essa tentativa não tem força e nem expressividade para ameaçar, de fato, a institucionalidade burguesa, mas expressa um conflito intra-burguês, ou seja, entre os setores da classe dominante. Esse episódio é um claro alerta atual sobre a impunidade histórica da ditadura empresarial-militar e seu legado autoritário no Brasil.



Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil de Jair Bolsonaro, General do Exército e suspeito de participação no plano de golpe de Estado. Foto: Evaristo Sa AFP

Segurança Pública

PEC do Governo Federal reforça a lógica da guerra às drogas na segurança pública

Ao final do mês de outubro, foi apresentada pelo Governo Lula-Alckmin, em reunião com governadores, ministros e representantes do Poder Judiciário, a chamada PEC da Segurança Pública. O documento, elaborado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), foi introduzido pelo ministro Ricardo Lewandowski e definido por Lula como uma “proposta definitiva de combate ao chamado crime organizado”. O projeto reúne elementos como a constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Fundo Nacional de Segurança Pública e Política Penitenciária. Além disso, transformar a Polícia Rodoviária Federal em Polícia Ostensiva Federal (POF), reforça competências interestaduais da Polícia Federal e uniformiza protocolos e diretrizes que envolvam sistematização e troca de informações entre sistemas de segurança pública, defesa social e o sistema penitenciário, sob articulação da União.

Imediatamente após a reunião e também nos dias posteriores, foram destacadas pela imprensa burguesa as posições dos governadores de Goiás (Ronaldo Caiado), Rio de Janeiro (Cláudio Castro) e São Paulo (Tarcísio Freitas) sobre o tema. Buscando deslocar o debate cada vez mais em direção à direita e ao interesse das classes do-

minantes, tais veículos destacaram as críticas de que o projeto “retirava prerrogativas dos Estados” de Caiado (GO), que se somou a Cláudio Castro (RJ) na defesa da estadualização das leis penais e carcerárias, visando aprofundar a reacionária defesa do encarceramento em massa. Castro abriu fogo também contra a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) das Favelas, que buscou estabelecer regras, apesar de muito burladas, para reduzir a letalidade policial e a produção de chacinas em operações policiais no Estado do Rio de Janeiro. O Governador de São Paulo afirmou também, nos dias seguintes à reunião, que a PEC não “serve pra muita coisa” e defendeu a classificação de facções do tráfico de drogas enquanto organizações terroristas.

A proposta do governo federal busca dar ares de “racionalidade” para a política de extermínio vigente no capitalismo brasileiro, ao reforçar a lógica de ostensividade do policiamento com uma troca de informações sobre crimes interestaduais, mas sem em nenhum momento questionar a hegemonia reacionária implementada na política de segurança pública nos estados e presídios. O sentido do projeto é justamente de articular as duas polícias “nacionais” (PF e POF) replicando os modelos estaduais formados



Foto: Danilo Verpa/Folhapress.

por polícia judiciária (civil) e ostensiva (militar). Justamente por aderir à lógica dominante de direcionamento dos fundos públicos (não contingenciáveis, na proposta do Governo) para o fortalecimento dos aparatos de repressão do Estado burguês, a iniciativa foi bem recebida pelos governadores de direita e extrema-direita. Após a apresentação do projeto, os reacionários rapidamente direcionaram seus esforços a tensionar o debate no parlamento e nas mídias burguesas no sentido de reforçar a lógica do populismo penal e da política de guerra às drogas.

Em ambos os “lados” que se contrapõem na institucionalidade burguesa, segue sem contestação a visão que identifica nas periferias e favelas os locais prioritários para o combate a inimigos internos, com foco no encarceramento em massa e no avanço da letalidade policial com a execução de chacinas cada vez mais frequentes. Os setores social-liberais

empregam uma retórica da “racionalidade” contra uma pretensa “política do ódio”, mas, ao defenderem uma política calcada no populismo penal e no fortalecimento de corporações policiais, fica nítido a quem pertence a hegemonia nesse debate. Trata-se de uma hegemonia que garante a manutenção e aprofundamento da política racista de guerra às drogas que aposta em policiamento ostensivo, militarização e gera mais mortes nas periferias e favelas.

Uma proposta que de fato se pautar nos interesses do proletariado não pode se ater a defender formas mais “racionais” de manutenção da ordem vigente: deve enfrentá-la visando a sua superação. Para isso, é fundamental o fortalecimento de posições pautadas no combate ao avanço da militarização da segurança pública e do encarceramento em massa, que afeta principalmente a juventude negra nas periferias do país.

Sindical

EBC corta salário de jornalistas que participaram das greves

Punição é um ataque ao direito de greve, conquistado pelas lutas da classe trabalhadora.

Após uma greve histórica que mobilizou os jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) na luta pela conquista da isonomia salarial, a direção da empresa, sob comando de Jean Lima, impôs cortes salariais aos trabalhadores que participaram da paralisação. Esse movimento punitivo, adotado pela EBC, vai contra a proposta de compensação dos dias parados apresentada pelos sindicatos

e constitui um grave ataque ao direito de greve, conquistado pelas lutas da classe trabalhadora no século XX.

Os Sindicatos dos Jornalistas do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro expressaram indignação com a medida, chamando atenção para o fato de que “em todas as mobilizações anteriores, de todos os governos anteriores, ao longo da última década, sempre houve acordo

de compensação de dias de greve”. O corte de ponto ocorre justamente antes da cobertura da Cúpula de Líderes do G20, evento internacional de destaque organizado pelo governo brasileiro, onde esses mesmos jornalistas atuarão. A decisão da EBC não só prejudica financeiramente os profissionais, como também fere o direito legítimo de greve, um recurso fundamental para trabalhadores que enfrentam condições adversas e resistência nas negociações por seus direitos.

Essa situação revela uma contradição gritante no discurso do próprio presidente Lula, que recentemente afirmou que “ninguém será punido por fazer greve nesse país”, demonstrando um claro descompromisso em assegurar os direitos dos trabalhadores. As ações da EBC, entretanto, sugerem que essa garantia não se aplica aos trabalhadores da comunicação pública, que enfrentam uma retaliação direta por exercerem seu direito de mobilização em defesa de condições salariais justas.

A greve na EBC foi deflagrada em resposta ao novo Plano de Carreiras e Remunerações (PCR) – que

inicialmente apresentava um reajuste salarial – e só foi encerrada após a conquista da isonomia, principal reivindicação da categoria. No entanto, ao invés de negociar a compensação dos dias parados como solicitado pelos sindicatos, a direção da empresa optou pela represália financeira, ignorando a proposta formalizada de compensação. “Esperamos que esse corte seja imediatamente revertido e a empresa se sente à mesa de negociação para tratar da compensação”, enfatizam os sindicatos, que agora buscarão a Justiça do Trabalho para reverter a decisão.

Esse ataque não se limita a prejudicar os trabalhadores financeiramente; ele visa enfraquecer a própria capacidade da categoria de se mobilizar e reivindicar seus direitos. Ao punir jornalistas com o corte de salário, o Governo Lula-Alckmin e a direção da EBC demonstram uma postura contrária à promessa de defesa dos direitos dos trabalhadores, expressando o papel restritivo da democracia burguesa no serviço público de comunicação, cerceando as condições de trabalho e organização sindical.



Jornalistas da EBC reunidos em assembleia em 10 de outubro. Foto: SJSP/Divulgação

Economia

Governo Lula-Alckmin prepara corte de gastos sociais bilionários

Sem uma reação firme, o pacote de austeridade avançará, sufocando a saúde, a educação e a dignidade do povo.

Nesta semana, enquanto o governo Lula prepara um pacote brutal de cortes nos direitos sociais, intelectuais, economistas, parlamentares e movimentos sociais lançaram o “Manifesto Contra o Pacote Antipopular”. Articulado pela Revista Movimento, o manifesto denuncia as políticas de austeridade encampadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. Esses cortes, apresentados como “necessários” para satisfazer ao mercado financeiro, têm uma única função: massacrar a classe trabalhadora e proteger os interesses dos rentistas e grandes banqueiros.

O manifesto é claro: o Novo Arcabouço Fiscal, que sustenta o plano do governo, foi desenhado para estrangular os investimentos públicos e os direitos básicos da população, enquanto mantém intactas as despesas financeiras que beneficiam os grandes especuladores. “Desde o início, o Novo Arcabouço Fiscal foi concebido para impor limites rígidos aos gastos sociais e aos investimentos públicos, enquanto protege as

despesas financeiras, especialmente o pagamento de juros que beneficiam os grandes rentistas”, critica o documento. O pacote, em discussão, prevê cortes em áreas vitais como saúde, educação, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), seguro-desemprego e até abono salarial. Trata-se de um verdadeiro ataque coordenado contra as conquistas da classe trabalhadora.

Com a promessa de uma nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para legalizar esses cortes, o governo Lula-Alckmin demonstra total desprezo pela população mais vulnerável. Ao contrário do que apregoam Haddad e Tebet, a política de austeridade não é uma solução para um “risco fiscal” existente, é uma escolha deliberada para sacrificar os mais pobres em prol dos grandes conglomerados financeiros. No manifesto, fica explícito que essa “crise fiscal” nada mais é que uma falácia: “O verdadeiro problema não é a falta de recursos, mas a escolha de onde e como aplicá-los.” Ao insistir nos cortes, o governo abandona comple-

tamente a promessa de priorizar o social e se curva, sem resistência, aos interesses do mercado financeiro.

Essas medidas, longe de serem neutras, são devastadoras para a população pobre e vulnerável. No caso do BPC, as maiores prejudicadas serão as mulheres idosas negras e pessoas com deficiência, grupos que mais dependem desse benefício para sobreviver. “Trata-se de um pacote antipopular, que ignora deliberadamente as desigualdades estruturais do país e agrava a situação dos mais vulneráveis”, diz o manifesto, expondo o cinismo de um governo que se elegeu com um discurso de inclusão e agora defende o corte de direitos fundamentais.

A classe trabalhadora tem motivos de sobra para temer o avanço dessas políticas. Com o aval do próprio presidente, Haddad e Tebet preparam-se para aprofundar a desigualdade no Brasil, transformando direitos essenciais em meros números manipuláveis no orçamento. A lógica de sufocar direitos é uma estratégia que abre caminho para o avanço de

discursos autoritários e reacionários que se alimentam do desespero e da frustração popular. Esse projeto econômico é exatamente o que a extrema-direita deseja: uma população desassistida, encurralada pela precariedade, à mercê de discursos que prometem ordem e autoridade.

Em resposta, o manifesto faz um chamado direto e urgente à mobilização popular. Convocando sindicatos, movimentos sociais e partidos, o texto conclama a sociedade a resistir, sob o risco de perder tudo o que foi conquistado em décadas de luta. “Não podemos permitir que direitos conquistados ao longo de décadas sejam destruídos por políticas de austeridade que apenas aprofundam a desigualdade e a exclusão.”

A classe trabalhadora brasileira não pode aceitar passivamente que o governo entregue suas conquistas aos interesses do capital financeiro. O momento exige indignação, resistência e luta. Sem uma reação firme, o pacote de austeridade avançará, sufocando a saúde, a educação e a dignidade do povo.

Manifesto Contra o Pacote Antipopular

Nós, acadêmicos e especialistas em direitos sociais, economistas, pesquisadores, comunicadores populares, sindicalistas, ativistas do movimento estudantil, do movimento popular e parlamentares, nos unimos para condenar de forma veemente o conjunto de medidas de cortes sociais anunciado pelos ministros Fernando Haddad e Simone Tebet para o final deste ano. As áreas alvo desses ataques já estão definidas: saúde, educação, Benefício de Prestação Continuada (BPC), seguro-desemprego e outros direitos essenciais. Embora os detalhes finais ainda não tenham sido divulgados, já está evidente que essas medidas fazem parte de uma estratégia de austeridade que aprofunda o Novo Arcabouço Fiscal e ataca diretamente conquistas sociais históricas

Desde o início, o Novo Arcabouço Fiscal foi concebido para impor limites rígidos aos gastos sociais e aos investimentos públicos, enquanto protege as despesas financeiras, especialmente o pagamento de juros que beneficiam os grandes rentistas. Essa estrutura gerou uma incompatibilidade entre os pisos constitucionais de saúde e educação, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a parcela dos benefícios previdenciários e de seguridade social vinculados ao salário mínimo, em relação ao Novo Teto de Gastos.

A fórmula fiscal atual foi estruturada para impedir que esses direitos, vinculados ao crescimento da receita corrente líquida (no caso da saúde), à receita de impostos (no caso da educação) e ao reajuste do salário mínimo (no caso do BPC e da previdência), sejam acomodados dentro dos limites estabelecidos. Essa configuração impede que os gastos cresçam conforme a demanda social e a dinâmica econômica, levando a uma compressão contínua desses direitos.

O pacote de austeridade agora anunciado e amplamente divulgado pela imprensa é a

segunda fase desse programa: um ataque direto aos direitos sociais, buscando comprimir o que é garantido pela Constituição para que caiba dentro de um teto de gastos artificialmente limitado. As medidas em discussão incluem a flexibilização de direitos trabalhistas, como a redução da multa de 40% do FGTS para demissões sem justa causa e do seguro-desemprego, além de possíveis alterações no abono salarial e no BPC. O objetivo é claro: reduzir e restringir direitos básicos para obedecer às regras fiscais que priorizam as exigências do mercado às custas do bem-estar social. Mas quem paga essa conta? No caso do BPC, as principais vítimas são mulheres idosas negras e pessoas com deficiência, que constituem a maioria das beneficiárias e dependem diretamente desse programa para sobreviver. Trata-se de um pacote antipopular, que ignora deliberadamente as desigualdades estruturais do país e agrava a situação dos mais vulneráveis.

As medidas contam com o apoio de entidades como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da grande imprensa, que têm defendido abertamente que, para manter o Novo Arcabouço Fiscal, é necessária uma “redução estrutural” dos direitos sociais. Nós, em contraste, defendemos que o Novo Arcabouço Fiscal seja alterado ou revogado para que os direitos sociais não apenas sejam preservados, mas também expandidos, garantindo a inclusão e a proteção da população mais vulnerável.

A narrativa de crise fiscal é uma construção falaciosa. O verdadeiro problema não é a falta de recursos, mas a escolha de onde e como aplicá-los. A expansão fiscal promovida em 2023 e 2024 pelo governo Lula, possibilitada pela PEC de Transição, demonstrou que políticas fiscais expansivas podem impulsionar o crescimento econômico e reduzir o desemprego, sem causar

descontrole inflacionário. Essa expansão fiscal abriu espaço para investimentos em infraestrutura, saúde e programas sociais, provando que a austeridade não é a única opção viável. Entretanto, este novo pacote de medidas visa precisamente o oposto: reverter esses avanços, sufocar o crescimento e impor uma política que perpetua o subfinanciamento crônico das áreas sociais.

Ceder a essa lógica de cortes e restrições não é apenas um erro econômico; é um ataque frontal aos direitos sociais e à dignidade da população. Ao abandonar investimentos em áreas essenciais, o governo abre caminho para o avanço de discursos autoritários e reacionários que se alimentam do desespero e da frustração popular. Essa estratégia é exatamente o que a extrema direita espera: um governo enfraquecido, incapaz de responder às demandas sociais e cada vez mais submetido aos interesses financeiros.

Por isso, convocamos todos e todas – trabalhadores, movimentos sociais, sindicatos, partidos, organizações da sociedade civil (OSCs) e todos os cidadãos comprometidos com a defesa dos direitos sociais e com a democracia – a se mobilizarem contra esse Pacote Antipopular. Não podemos permitir que direitos conquistados ao longo de décadas sejam destruídos por políticas de austeridade que apenas aprofundam a desigualdade e a exclusão. O momento exige resistência, organização e luta. Precisamos proteger a saúde, a educação, a previdência e, acima de tudo, a dignidade da classe trabalhadora. Sem uma resposta firme, o neoliberalismo continuará a devastar o que resta das conquistas e dos direitos da classe trabalhadora, entregando tudo ao mercado e sacrificando a maioria em nome do lucro de poucos.

As assinaturas para o manifesto estão sendo recolhidas de maneira on-line.

Acesse através do QR Code:



Juventude

Leilões de escolas em São Paulo representam menos recursos para a educação pública

Mobilizações estudantis enfrentam repressão ao denunciarem a redução de recursos na educação por meio das privatizações das escolas em São Paulo.

Nos últimos dias 29 de outubro e 04 de novembro, o governador Tarcísio de Freitas avançou na privatização do ensino público paulista com a realização dos leilões dos lotes Oeste e Leste do projeto de parceria público-privada “Novas Escolas”, que destinará mais de R\$23,5 milhões por mês, ao longo de 25 anos, para que dois consórcios privados construam e participem da administração de 33 escolas públicas no Estado de São Paulo.

Os dados sobre “investimento por estudante” apresentados pelo estudo “Education at a Glance”, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelam que a média mensal do gasto por estudante praticado no Brasil é de aproximadamente R\$1.700,00 no Ensino Fundamental II e de R\$1.858,00 no Ensino Médio. Tendo como perspectiva a ausência de investimento na educação brasileira e a crescente conquista de espaço de empresas privadas no setor, as médias apuradas pela OCDE para o Brasil demonstram uma queda nos investimentos em educação desde 2015 e ampliam a distância entre o investimento em educação praticado em nosso país e aquele praticado nos países centrais do capitalismo. Ou seja, enquanto no Brasil se reduz gastos, esses outros países experimentam um aumento no investimento.

O cálculo realizado partiu dos valores revelados pelo estudo da OCDE, com a pretensão de comparar qual seria o investimento mensal por aluno se a média nacional fosse seguida e qual valor será efetivamente repassado para a iniciativa privada construir e operar escolas privatizadas.

Destaca-se também que esse cálculo se baseou no valor que será repassado para o Consórcio Novas Escolas Oeste - vencedor do leilão que arrematou o primeiro dos lotes de escolas leiloadas e que receberá R\$11,99 milhões do Estado - e superestimar os salários dos trabalhadores da educação, a fim de calcular o cenário mais positivo de investimentos, mesmo tendo ciência da realidade de precarização do trabalho docente no Estado de São Paulo.

Esta padronização foi necessária pois o

capital privado administrará apenas os serviços chamados “não-pedagógicos” (manutenção, limpeza, vigilância, alimentação, etc.), ficando os custos de salários de docentes e pessoal administrativo sob responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP). Esse valor será estimado, uma vez que os salários reais variam conforme o contrato e tempo de serviço.

A análise dos valores que serão repassados demonstra o tamanho do ataque à educação pública paulista. O resultado do cálculo do investimento por cada estudante das escolas leiloadas mostram que os investimentos serão de 24% a 30,5% menores no valor gasto por aluno, em comparação com as médias nacionais calculadas respectivamente para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio no Brasil.

Houve manifestações que reuniram estudantes de diversas escolas, grêmios e organizações políticas que compõem a rede do movimento estudantil. A UJC e o Movimento por uma Escola Popular (MEP) também se somaram na luta contra o processo de privatização das escolas. Durante as manifestações em frente à B3, a Polícia Militar respondeu com ações violentas de repressão às mobilizações. Ainda que com esses ataques repressivos e o processo de privatização avançando, o caminho da mobilização constante dos estudantes é extremamente necessário, sobretudo diante da tendência nacional de privatização que busca reduzir ainda mais o investimento público na educação, ao mesmo tempo que fortalece grandes consórcios privados.

Reverter esse processo exige uma ampla mobilização que começa no entendimento do caráter precarizador dessas medidas e de seus impactos para a educação pública. É fundamental construir um movimento que envolva toda a comunidade escolar - pais, mães, professores, técnicos administrativos e funcionários - para lutar pela ampliação do investimento público e pela gestão democrática das escolas, garantindo que as decisões sejam tomadas pela própria comunidade e não por imposições antidemocráticas.

Calculando o investimento por cada estudante das escolas leiloadas

A análise do Edital do leilão do “Lote Oeste” mostra que as primeiras 17 escolas leiloadas por Tarcísio oferecerão um total de 17.160 vagas, divididas em diferentes tamanhos de escola (21, 28 ou 35 salas de aula) e número de alunos respectivos (até 780, 1050 e 1300 estudantes).

Considerando um cenário fictício que todos os R\$11,9 milhões mensais seriam empregados na operação das Unidades Escolares privatizadas, as 17.160 vagas demandariam um investimento estatal de R\$693,50 mensais por estudante, para a garantir a oferta dos “serviços não-pedagógicos”. Nos primeiros três anos da concessão, os recursos serão gastos com a construção das escolas. O valor mensal real para a operação será ainda menor.

Para estimar os valores que serão pagos pela Secretaria de Educação para a remuneração docente, são utilizadas como referência as resoluções e normativas disponibilizadas pela própria SEDUC e pela Unidade Central de Recursos Humanos do Governo do Estado de São Paulo (UCRH). A partir dos documentos disponíveis publicamente, é projetado que as escolas terão 35 docentes para escolas com 21 salas de aula, 47 para escolas com 28 salas e 60 docentes para escolas com 35 salas de aula. Todas as escolas contarão com sete coordenadores, por possuírem mais de 20 salas. Os salários de professores e coordenadores serão considerados a partir da maior referência de salário inicial: R\$10.610,40 mensais para o cargo de Professor de Educação Básica II nível 8-I - algo bastante distante da realidade do trabalho docente hoje, uma vez que a grande maioria compõe a chamada Categoria O, cujos salários permanecem em níveis de extrema precarização há anos.

As equipes administrativas serão compostas por 9, 11 ou 12 Agentes de Organização Escolar - para escolas com 21, 28 e 35 salas, respectivamente - com salários iniciais de R\$1640,00 - e todas as escolas contarão com um Secretário de Escola (salário de R\$1640,00), um Assistente de Administração Escolar (salário inicial de R\$2137,35) e um Diretor - considerado o salário de R\$14.660,11 (nível 8-I).

Somando estes valores, as escolas privatizadas receberiam R\$371.364,00 mensais para aquelas com 21 salas de aula, R\$498.690,00 para as com 28 salas e R\$636.624,00 para as com 35 salas. Acrescendo a isso cerca de R\$481,56 de gasto médio mensal por estudante, sendo gastos com a coordenação R\$74,59 por aluno e com Técnicos Administrativos mais R\$20,93. Por último, R\$14,72 com o salário da direção.

Somando tudo, o resultado é que o gasto por aluno com as escolas privatizadas será de R\$1290,73, um valor muito abaixo das médias nacionais de R\$1.700,00 para o Ensino Fundamental II e de R\$1.858,00 no Ensino Médio. Ou seja, um valor de 24% a 30,5% menor. Enquanto se transferem recursos para a iniciativa privada, os valores gastos por aluno são reduzidos, indo na contramão do movimento realizado em outras partes do mundo.

Os recursos destinados às PPPs não são apenas administrativos, mas comportam o custo com as obras e a margem de lucro das empresas vencedoras. Ou seja, se já são calculadas reduções de R\$409,27 e R\$567,27 nos gastos por aluno do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, respectivamente, os valores serão ainda menores.



Foto: Jornal O Futuro.

Política

Trabalhadores brasileiros lutam pela redução da jornada de trabalho

Com imensa adesão nas redes sociais, milhares de trabalhadoras e trabalhadores vão às ruas em todo o Brasil pela proibição da escala 6x1

Ao longo do mês de novembro, a classe trabalhadora se agitou por todo o Brasil como há muito tempo não fazia. Dessa vez, os trabalhadores não estavam apenas discutindo algum novo ataque ou injustiça contra eles, mas uma mudança a seu favor, uma melhoria nas suas condições de vida: a proibição da escala 6x1, uma jornada de trabalho que permite apenas um dia de descanso semanal. Essa bandeira, que vem ganhando espaço desde o fim de 2023 com o surgimento do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), se transformou, cada dia mais, em uma reivindicação geral dos setores mais precarizados e explorados da classe operária, e expressa uma necessidade vital para garantir a mínima dignidade à vida de milhões de assalariados.

No Brasil, as áreas do comércio e de serviços, como hotéis, bares e restaurantes, são as que mais aplicam a escala 6x1. Segundo a Pesquisa Anual do Comércio de 2022, 10,3 milhões de pessoas estavam empregadas no comércio naquele ano. Desses, 7,6 milhões trabalhavam no comércio varejista, enquanto 1,9 milhão no comércio de atacado e 846,2 mil no comércio de veículos. Os trabalhadores de hotéis, eventos e turismo, por sua vez, somam 3,7 milhões de pessoas. Trata-se, então, de milhões de trabalhadores explorados sob esse regime desumano, além dos outros milhões indiretamente atingidos: seus familiares e amigos, que são privados de seu convívio, além dos 10 milhões de desempregados e desalentados que poderiam, com a redução da jornada de trabalho, conseguir espaço para tomar parte diretamente na vida produtiva nacional.

Não é à toa, então, que tantas pessoas já tenham assinado a petição virtual do VAT, e ainda mais pessoas tenham manifestado sua solidariedade a essa luta pelos mais diversos meios. A conquista da redução da jornada de trabalho melhoraria a qualidade de vida dos trabalhadores sob escala de trabalho 6x1; possibilitaria a criação de mais postos de trabalho, interesse dos atualmente

desempregados; elevaria os salários, por meio da valorização da hora individual de trabalho. Não menos importante, possibilitaria o aumento da produtividade do trabalho em nosso país, uma vez que forçaria os patrões a dependerem cada vez menos da exploração intensiva dos seus empregados, passando a depender, por outro lado, de investimentos em tecnologia que permitissem elevar essa produtividade. Em todos os países capitalistas, as classes patronais sempre foram obrigadas a desenvolver as forças produtivas pelos próprios trabalhadores, que não aceitavam jornadas exaustivas e rebaixamentos salariais.

Ao longo de novembro, se intensificou a campanha cobrando que deputados assinem um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) lançado em 1 de maio pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), propondo a proibição da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho. Uma onda de declarações elitistas e reacionárias de diversos deputados de direita foi o estopim para uma nova explosão de protestos. No sábado, 9 de novembro, era possível ver na maioria das redes sociais um forte apelo pela organização de manifestações para apoiar a causa e fazer avançar a pressão sobre a Câmara dos Deputados. Desse impulso espontâneo nasceu a manifestação nacional do dia 15 de novembro, que levou dezenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores às ruas em mais de 90 cidades. Os protestos se disseminaram pelo país com uma velocidade espantosa, entoando palavras de ordem exigindo não apenas o fim da escala 6x1, mas a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, em escala de 4 dias de trabalho para 3 de descanso (4x3). Marchando por centros comerciais e até por dentro de shopping centers, as manifestações encontravam uma massa entusiasmada de trabalhadores e trabalhadoras que, de maneira esmagadora, manifestavam seu apoio à luta e seus sonhos de uma vida com mais tempo livre para lazer, estudo, vínculos pessoais e familiares etc. O significado histórico



Mobilizações da classe trabalhadora pautam o fim da es



cala 6x1 e a jornada de 30h em todo o Brasil. Fotos: Jornal O Futuro.

deses eventos é tremendo: desde 1988, durante a luta pelos direitos sociais da Constituição, o Brasil não via um movimento tão amplo dos trabalhadores exigindo mais direitos e avanços, e não apenas tentando evitar perdas e recuos.

O imenso apoio popular em torno da pauta tem sido tão expressivo que tem forçado até mesmo políticos da direita a recuar, reconhecendo da boca para fora a legitimidade dessa luta. Mesmo assim, no campo dos trabalhadores, ainda existem forças que trabalham para boicotar e esvaziar o movimento. É o caso dos partidos “de esquerda” que compõem o Governo Federal. O melhor exemplo, nesse caso, é o do Ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT-SP), que tem defendido que não é necessário proibir a escala 6x1 por meio de uma lei: basta que cada categoria negocie com seus empregadores! Com esse discurso, o PT lança os trabalhadores aos leões: cada categoria que lute sozinha, enfrentando a âncora dos seus sindicatos pelegos, vendidos aos patrões, em vez de toda classe trabalhadora se unir para uma luta mais ampla e mais vigorosa e por uma mudança que não dependa, a cada ano, de novas negociações. Enquanto o governo petista busca dispersar o movimento, a postura é ainda pior por parte de amplas camadas da militância desse partido, que nas redes sociais se posicionam acusando abertamente a luta dos trabalhadores de ser “um golpe” contra um governo que alega representar esses mesmos trabalhadores. E, da parte dos sindicatos, embora alguns comecem a se manifestar favoravelmente à proibição da escala 6x1, a verdade é que nenhum

esforço vem sendo feito para levar o debate e a mobilização ao dia a dia dos locais de trabalho.

Nesse contexto, somente uma intensa luta do proletariado enquanto classe, um verdadeiro levante social, poderá paralisar as vacilações da esquerda liberal e isolar os reacionários, levando à aprovação dessa PEC. O foco nos abaixo-assinados e na pressão individual sobre os parlamentares, embora cumpra um papel para a agitação do movimento, oferece por si só fracas possibilidades de vitória para nossa luta, que enfrentará a oposição obstinada da classe dominante. O momento exige da classe trabalhadora e de suas organizações a maior disposição na intensificação da luta para pôr em movimento a PEC pela redução da jornada de trabalho. É isso que significa, no atual momento da luta de classes, a construção de uma unidade total dos trabalhadores nas ações em torno do fim da escala 6x1: um primeiro e significativo passo no caminho de uma luta ainda mais ampla pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais e pela escala de 4x3 para todos trabalhadores e trabalhadoras! Apenas com a mais intensa mobilização, retomando os sindicatos como instrumentos de luta por avanços e neutralizando as vacilações da política parlamentar, será possível fazer de 2025 o ano em que a jornada de trabalho será reduzida – e esse é, no atual momento, o dever irrenunciável de toda trabalhadora e todo trabalhador consciente dos interesses de sua classe.

No espírito desse entendimento, é preciso fortalecer o engajamento nessa luta, ampliando as articulações entre as organizações

proletárias e populares dispostas à construção de um Calendário Unificado de Lutas. Ainda em 2024, a Audiência Pública na Câmara dos Deputados sobre a PEC da Redução da Jornada será um momento importante para o desenvolvimento da agitação, mas não pode ser o único. Ao longo de dezembro, momento de intensificação e aumento das jornadas de trabalho, sobretudo no setor comerciário, será essencial manter acesa a luta que se iniciou em novembro. Essa é a importância do Segundo Ato Nacional Pela Redução da Jornada de Trabalho, que ajudará a preparar as condições para a retomada do movimento em janeiro. Só assim será possível abrir o mês de fevereiro, fim do recesso parlamentar, com uma onda de mobilizações nacionais que façam acelerar a tramitação desta PEC. Essa luta não é apenas um fenômeno episódico: por meio de momentos alternados de mobilização e de preparação, a classe trabalhadora tem todas as condições de se colocar em movimento, retomar seus sindicatos como instrumentos de combate e fazer avançar a luta de massas até a conquista de suas bandeiras.

Está em nossas mãos a possibilidade de fazer de 2025 o ano da redução da jornada de trabalho em nosso país. Seja do ponto de vista da confiança em suas próprias forças, seja do ponto de vista do maior tempo livre para se organizar, essa conquista significaria uma vitória gigantesca, que colocaria o proletariado brasileiro em condições cada vez mais favoráveis para travar sua luta independente pelo poder político e pela reorganização socialista da sociedade.

Amazônia

Mineração ameaça a vida da população amazônica

Estudos recentes revelam que quatro bacias da Amazônia estão severamente contaminadas por mercúrio, utilizado na extração de ouro. Além do garimpo ilegal, a região enfrenta a exploração de metais como ferro e bauxita por grandes mineradoras estrangeiras, o que representa uma grave ameaça à saúde humana e agrava os impactos socioambientais.

As sub-bacias dos rios Tapajós e Xingu, no Pará, e Mucajá e Uraricoera, em Roraima, estão entre as áreas mais afetadas pela contaminação por mercúrio. Essas regiões, que abrigam comunidades indígenas ameaçadas pelo garimpo ilegal, apresentam níveis de contaminação superiores aos limites estabelecidos pela legislação ambiental brasileira, de acordo com um estudo publicado na revista *Toxics*. O levantamento revela que mais da metade (51,77%) das 3.791 sub-bacias do Tapajós não cumprem os padrões de segurança para mercúrio. A exposição a esse poluente está associada a doenças neurológicas e outros graves problemas de saúde.

Além da contaminação por mercúrio em si, a extração de outros metais, como ferro e bauxita, também traz danos significativos à saúde humana evidenciados em outros estudos. Esses recursos são amplamente explorados na região e estão ligados à atividade de mineradoras estrangeiras, que frequentemente operam de forma predatória.

Entre 2000 e 2015, a mineração foi responsável por 10% de todo o desmatamento da Amazônia, com uma grande concentração de atividades no Pará, conforme uma pesquisa do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Além de remover a vegetação, a mineração destrói habitats essenciais para inúmeras espécies.

A exploração mineral no Pará teve início em 1967, em plena ditadura empresarial-militar, com

a descoberta da maior reserva de minério de ferro do mundo na Serra dos Carajás. Na década de 1970, a mineração de ferro e ouro acelerou o crescimento do estado. Desde a década de 1980, a Vale passou a operar na Serra dos Carajás. Em 2021, a produção de minério de ferro na região atingiu 112 milhões de toneladas, evidenciando a grande escala dessa atividade.

O caso de Barcarena, no Pará, ilustra os efeitos devastadores da mineração. Em 2018, a empresa Hydro Alunorte foi acusada de despejar resíduos tóxicos nos rios Murucupi e Pará, contaminando a água com metais pesados e outros poluentes. Essa contaminação afetou gravemente a população local, composta principalmente por ribeirinhos e comunidades tradicionais, que dependem da pesca para sua subsistência. Testes confirmaram níveis alarmantes de alumínio e chumbo, substâncias associadas à mineração de bauxita.

Além da contaminação da água e do solo, a mineração também gera repressão e violência contra as comunidades que se opõem às suas atividades. Em Barcarena, lideranças que denunciaram a contaminação pela Hydro Alunorte sofreram perseguições e intimidações. Esse padrão de criminalização e violência é usado para silenciar os opositores e assegurar a continuidade dos projetos mineradores.

Outro fator nocivo é a degradação do solo, que destrói grandes áreas de floresta para dar lugar às minas, expondo o solo à erosão. A mineração de bauxita em Juruti, no Pará, é um exemplo claro desse impacto, onde a remoção da vegetação prejudica a regeneração natural do solo. Além disso, o acúmulo de rejeitos minerais, como em Barcarena, onde são despejados resíduos, agrava a desertificação (transforma o solo em desertos artificiais), destruindo ecossistemas inteiros.



lanomamis acompanhando agentes do Ibama em operação de combate ao garimpo ilegal em Roraima. Foto: Bruno Kelly/REUTERS

Embora a mineração seja frequentemente justificada pelo seu potencial de desenvolvimento econômico, seus benefícios raramente chegam às comunidades locais. Empresas como a Vale e a Hydro geram bilhões de reais com a extração de recursos, mas cidades como Barcarena, onde essas operações acontecem, continuam a enfrentar pobreza, desemprego e baixos índices de desenvolvimento humano (IDH).

Assim, a mineração contribui para a concentração de renda, agravando desigualdades sociais, enquanto as populações locais lidam com os impactos negativos, como contaminação, violência e destruição ambiental.

Para além da urgente necessidade de reestabilizar empresas como a Vale e até mesmo estatizar as corporações estrangeiras que exploram recursos na região, deve-se, também, questionar a base do sistema econômico capitalista.

Sob esse modelo, o lucro sempre estará acima da vida, e tragédias ambientais, como a de Barcarena, se tornarão cada vez mais comuns, correndo o risco de serem normalizadas como eventos meramente ambientais. O capitalismo já demonstrou que até mesmo a mineração estratégica está sujeita à degradação ambiental. No capitalismo, os danos ao meio ambiente e às comunidades locais são muitas vezes tratados como “custos inevitáveis” e a exploração de recursos naturais, por mais destrutiva que seja, continua em ritmo acelerado.

Agronegócio e Clima

Representantes do agronegócio querem censurar materiais escolares

A DONME (De Olho no Material), anteriormente conhecida como “Mães do Agro”, realizou, nos últimos três anos, reuniões com as secretarias de Educação, de Agricultura e com lideranças do Congresso Nacional. Além disso, firmou parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Somos Educação (proprietária das marcas Anglo, Ática e Saraiva) com o objetivo de avançar sua agenda ideológica pró-agronegócio nas escolas, retirando dos livros didáticos os crimes cometidos pelo setor: o trabalho escravo e análogo à escravidão, os agrotóxicos na comida brasileira e a destruição ambiental.

A rapidez da DONME em avançar suas pautas não vem do nada: a associação é financiada por um grupo de 70 empresas nunca divulgadas oficialmente, mas um estudo feito por Andressa Pellanda (USP) e Marcele Frossard (UERJ) mostram que neste grupo estão a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que representa companhias como JBS, Cargill, Itaú BBA, Cosan e Croplife Brasil, representante das maiores fabricantes de agrotóxicos do mundo, antes presidida por Christian Lohbauer até assumir como vice-presidente da DONME, junto à fundadora Leticia Jacintho e sua sogra, Helen Jacintho – membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Vinda de uma família de empresários e fazendeiros que dominam a pecuária e a cana-de-açúcar no Brasil, Leticia Jacintho iniciou sua defesa pública pela limpeza da imagem do agronegócio em 2018, quando criticou a escola Anglo de Barretos (SP) por citar, em seu material, a expulsão violenta dos povos indígenas, provocada pela expansão das fazendas de cana-de-açúcar oriundas do colonialismo. Em carta, a latifundiária defende um “contraponto”

às denúncias de violência em seu setor de lucro: “As crianças são incentivadas a manifestar piedade aos índios [...] São estimuladas a se colocar na posição de uma família indígena que teve suas terras retiradas para plantação de cana, no entanto, nenhum contraponto é oferecido pelo material ou escola”.

Os ataques de Jacintho e da DONME não se restringem à resistência e memória dos povos indígenas, ela também escancara seu lado na luta contra a escravidão. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos 2.663 trabalhadores resgatados de trabalho escravo em 2023 pelo Estado, 618 estavam no setor da plantação de cana-de-açúcar (1º da lista) e 156 no setor da pecuária (4º da lista).

Ainda de acordo com o relatório da CPT, os estados de atuação da família Jacintho estão entre os 4 estados com maior número de casos, sendo Goiás o 1º da lista (699) e São Paulo o 4º (243).

Na questão ambiental, os dados mostram ainda mais divergência entre a DONME e a realidade. As pastagens tiveram um crescimento de 363% na Amazônia entre 1985 e 2023, o que indica um aumento no desmatamento de 12,7 milhões de hectares para 59 milhões de hectares, além de 28% de perda da área de vegetação nativa.

Em “contraponto” a isso, as áreas mais preservadas do Brasil são as Terras Indígenas (TIs) que cobrem 13% do território nacional e perderam menos de 1% de sua área de vegetação nativa.

Segundo Lohbauer, é mentira que os agrotóxicos estão na alimentação brasileira, mas dados levantados pela ONU para Alimentação e Agricultura (FAO) colocam o Brasil como líder no consumo absoluto de pesticidas, com 800 mil toneladas aplicadas em 2022, tendo um aumento de 75% em 6 anos e sendo o dobro da quantidade aplicada pe-

los Estados Unidos (2º colocado com pouco mais de 400 mil toneladas).

Os tóxicos utilizados pela indústria do agro se colocam, também, como um problema para o futuro. Segundo Wanderlei Pignati, professor da pós-graduação de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso, há incidência de câncer infantojuvenil de três a quatro vezes maior do que a média brasileira nas regiões mato-grossenses produtoras de soja que mais utilizam agrotóxicos no país.

O financiamento da DONME para esconder os prejuízos causados pelo agronegócio já é uma tática antiga dessa indústria que há décadas cria entidades com o propósito de limpar sua imagem para ter mais espaço na economia brasileira sem gerar revolta.

Com a atuação de entidades como DONME e CCAS (Conselho Científico Agro Sustentável) em uma articulação pró-agronegócio, os lares brasileiros que buscam uma educação libertadora e lutam por uma alimentação saudável e plena estão ameaçados também por todo o lobby empresarial e midiático burguês.

Grupos como a Rede Globo, através de sua campanha intensamente divulgada “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é tudo”, recebe investimento direto da JBS, maior empresa de carnes do mundo, e da Ford, indústria automotiva com produtos direcionados à agropecuária.

Este ecossistema não abrange apenas grandes empresas em seus setores, mas representantes políticos no Legislativo e Judiciário, tendo no Brasil sua própria bancada – Bancada do Agro – que trava uma guerra direta contra uma alimentação saudável, a agricultura familiar, a educação e os povos indígenas.

Amazônia

Governadores do Acre e Pará vendem a Floresta Amazônica ao mercado de carbono

Com diálogos bem desvirtuados e pouca transparência às comunidades indígenas, contratos milionários para venda de créditos de carbono são conduzidos com gigantes globais como Amazon e Bayer.



Helder Barbalho durante a COP29. Foto: Thalmus Gama/Ag. Pará.

Negociações transformam a Amazônia em um produto a ser vendido. Disfarçado de “revolução ambiental”, o mercado de carbono opera como uma ferramenta imperialista, onde corporações estrangeiras continuam lucrando e poluindo, levando às comunidades locais a uma lógica expropriatória.

No Pará, o governador Helder Barbalho (MDB) firmou um acordo estimado em quase R\$1 bilhão com a Coalizão LEAF, um consórcio que inclui empresas como Amazon e Bayer e países como Noruega, Estados Unidos e Reino Unido. Ele afirma que esse dinheiro irá “salvar” a Amazônia e que os recursos serão distribuídos para as comunidades tradicionais. Mas essa promessa não esconde a realidade: o Pará é líder em desmatamento na Amazônia, impulsionado pela política de expansão do agronegócio promovida pelo próprio governo estadual. O acordo, além disso, foi firmado sem consultar as populações indígenas, em violação à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI). Para os movimentos sociais, a iniciativa representa mais uma ação colonialista, que desconsidera o direito à autodeterminação das comunidades tradicionais.

O governo do Acre, Gladson Cameli (PP), segue o mesmo caminho, tentando “certificar” créditos de carbono para venda ao mercado internacional. Em 18 de outubro, apresentou um documento para obter a certificação técnica necessária (ART TREES) para entrar no mercado de carbono, com a expectativa de ter créditos certificados e prontos para negociação até a COP 30, em 2025.

Francisco Pyãko, líder do povo Ashaninka, denuncia que as discussões sobre a Amazônia ocorreram em ambientes burocráticos distantes

das comunidades indígenas, excluindo suas lideranças. Ele afirma que essa exclusão é intencional, pois o governo facilita o acesso das corporações aos recursos da floresta enquanto silencia aqueles que realmente vivem e preservam a região. Para Pyãko e outros líderes, essa política transforma a Amazônia em um produto financeiro, onde os interesses econômicos das corporações prevalecem sobre os direitos dos povos indígenas e suas terras.

Esses acordos não representam conservação, são uma fachada para a continuidade da devastação. O mercado de carbono permite que corporações continuem poluindo em outras partes do mundo sem necessidade de reduzir suas emissões. As multinacionais compram créditos de carbono e seguem intocadas em sua destruição ambiental.

O Pará, com essas “parcerias verdes”, lidera o desmatamento na Amazônia. O governo vende a floresta em pequenas partes para compensar as emissões no exterior, enquanto o restante do território é destruído pela mineração e pelo agronegócio.

A liderança Munduruku, Alessandra Korap, em entrevista ao Amazônia Real, denuncia o que realmente está em jogo: um sistema capitalista que mercantiliza a natureza e os povos indígenas. Ela destaca que o acordo não foi explicado de forma acessível para as comunidades, que ficam à margem das decisões e não têm o direito de dizer não. O povo Munduruku que trava uma luta histórica contra o garimpo em suas terras, nos últimos anos teve que enfrentar também a ofensiva do mercado de carbono representada pela Shell.

Francisco Pyãko fala que isso é um novo tipo de colonialismo, onde as florestas estão sob vigilância de corporações e os povos da floresta são tratados como “custos” para o sistema. O líder Ashaninka afirma que os povos originários não

precisam de “certificados”, mas do direito de proteger suas terras sem a interferência das corporações, que historicamente as exploram.

Ele critica o mercado de carbono, que prioriza os interesses das grandes corporações em detrimento da vida e dos direitos indígenas, transformando a floresta em um ativo financeiro. Esse modelo, disfarçado de sustentabilidade, é uma manobra de poder, com governadores do Acre e do Pará atuando como agentes locais.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) aponta que o mercado de carbono nada mais é que uma nova forma de privatização da Amazônia. Empresas estrangeiras compram a floresta, enquanto os povos indígenas, que sempre defenderam o território, são excluídos e muitas vezes expulsos de seus territórios.

A luta indígena revela a falácia do mercado de carbono, que não é uma solução climática, mas uma estratégia que permite às corporações poluir sem enfrentar as causas reais da crise ambiental. Para os povos da floresta, o que está em jogo não é apenas a preservação do ambiente, mas a defesa de suas próprias vidas e territórios.

A luta contra a mercantilização da natureza e a exploração capitalista, exige uma ruptura definitiva com o modo de produção capitalista. Esse sistema, sustentado historicamente pela exploração da natureza, mantém o país subordinado aos interesses imperialistas e ao agronegócio. A forma de defender a Amazônia e garantir a sobrevivência das comunidades tradicionais é por meio da expropriação e nacionalização de todas as terras rurais e urbanas, garantindo o direito de usufruto e suas moradias e lavouras a todos os pequenos proprietários, agricultores familiares e comunidades tradicionais. Essa é uma das medidas para uma atuação consequente com o fim da exploração da Amazônia.

Opinião

G20: as promessas vazias das potências capitalistas

por Gabriel Landi Fazzio e Stella Aragão

O G20, principal articulação mundial de potências imperialistas e subimperialistas, publicou no dia 18 de novembro a declaração final de sua 19ª cúpula anual, ocorrida no Rio de Janeiro. O texto conta com uma série de promessas sem perspectiva real de implantação. A hipocrisia do G20 chega ao limite de lamentar a “catástrofe humanitária” em Gaza sem levantar uma crítica sequer ao Estado fascista de Israel, responsável pelo genocídio do povo palestino.

Enquanto o capitalismo em crise fortalece o fascismo e lança o planeta em um turbilhão de guerras e miséria, a declaração do G20 assobia o canto de sereia da burguesia, prometendo um futuro de prosperidade mundial por meio do livre-mercado. Basta ver o tal “compromisso” com a taxa dos super-ricos, cuja declaração de intenções está subordinada à soberania tributá-

ria de cada um dos Estados. O caso do Brasil ilustra bem o que isso significa: mesmo sendo um dos principais articuladores da proposta, não conseguiu aprovar uma reforma tributária que taxe os super-ricos no debate legislativo de seu próprio país!

Outra iniciativa proposta pelo Brasil na presidência do G20 tem como meta erradicar a fome no mundo até 2030. Mas, segundo a própria ONU, em 2023 o número de pessoas ameaçadas pela fome chegou a 281 milhões, batendo recordes. A fome no mundo tem, então, aumentado como consequência da crise do capitalismo e da batalha entre burguesias nacionais para preservar seus lucros às custas da exploração e do desemprego em massa dos trabalhadores. Como as 20 maiores potências capitalistas do mundo esperam erradicar a fome de elas próprias têm feito aumentar?

Com migalhas.

A mídia burguesa e os governistas tentam vender a ideia de que a cúpula do G20 avançou uma agenda de desenvolvimento sustentável com erradicação das desigualdades – mas, na realidade, os resultados desse fórum de cooperação econômica não passam de um acordo das elites internacionais para reforçar suas posições de controle na cadeia imperialista mundial. Seu único compromisso é com o aprofundamento da dominação dos monopólios internacionais aos quais se submetem os governos de cada um desses países. A sua roupagem social não consegue esconder seu verdadeiro interesse no fortalecimento da arquitetura financeira global: “reafirmamos nosso compromisso de promover um sistema financeiro aberto” e de “promover ainda mais movimentações sustentáveis de capitais e fomentar marcos

sólidos de políticas, nomeadamente, a independência do banco central”, afirma a declaração.

Por isso, enquanto o documento promete maior representatividade nos organismos internacionais interestatais, como a Organização das Nações Unidas, ele também defende que, em cada país, os Bancos Centrais representem apenas os interesses dos mercados, sendo “independentes” em relação às já limitadas democracias nacionais. Que bela representatividade!

A única parte de todo o documento que fala com honestidade sobre promessas está logo no começo, quando se diz: “com apenas seis anos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, há progresso efetivo em apenas 17% das metas”. Pois bem: é só isso que se pode esperar das promessas das potências imperialistas.

Juventude

USP ameaça de expulsão estudantes que se solidarizaram com o povo palestino

A Universidade de São Paulo move um processo administrativo-disciplinar contra estudantes que se manifestaram em solidariedade ao povo palestino em assembleia universitária. Os alunos agora correm risco de expulsão.

No ano de 2023, uma greve paralisou pela primeira vez o curso de Ciências Moleculares da USP, tensionando as relações entre a coordenação do curso e os alunos grevistas. O corpo estudantil reivindicava a contratação de professores devido à grave falta de docentes que assola múltiplos cursos da universidade, após a perda de 818 professores. Em meio à greve, se iniciava a retaliação nefasta israelense à contra-ofensiva da resistência palestina de 7 de outubro, intensificando a expulsão e genocídio do povo palestino, que ocorre desde a segunda metade do século XX. Após um discente promover a doação de insumos ao Exército de Israel, o Centro Acadêmico de Ciências Moleculares, que apoiava a greve dos estudantes, convidou o Núcleo de Estudantes em Solidariedade do Povo Palestino (ESPP-USP) para um debate, com o intuito de contextualizar os acontecimentos em Gaza, que ocorreu sem nenhuma demonstração ou apresentação da oposição no evento, todo registrado em ata. Poderia consistir em apenas mais uma de muitas dinâmicas promovidas pelo movimento estudantil dentro das universidades brasileiras, que colaboram para a formação política e civil dos alunos. Contudo, a Portaria PRG 004, emitida em 30 de novembro de 2023 pelo pró-reitor adjunto Marcos Garcia Neira, no exercício da Pró-Reitoria de Graduação (PRG), instaurou processo administrativo disciplinar (PAD) contra cinco estudantes acusados de “apologia ao ódio” a partir deste evento. Dessa forma, em 2024 a Reitoria da USP segue prosseguindo, processando e ameaçando expulsar cinco estudantes cujo crime foi protestar contra o genocídio em Gaza.

É importante atestar que a reitoria de Carlos Gilberto Carlotti, em 2022, soltou apenas uma nota dizendo que “não admite qualquer forma de apologia ao nazismo e ao preconceito racial em suas dependências” quando o Diretório Central dos Estudantes foi alvo de um ataque nazista, tendo suásticas pichadas em suas paredes, no campus Butantã, zona oeste da capital paulista. A apuração da universidade não foi capaz de identificar, tampouco responsabilizar os autores. A postura

é completamente diferente daquela adotada pela direção do curso de Ciências Moleculares e reproduzida pela Pró-Reitoria de Marcos Garcia Neira, que interrompeu as negociações com os discentes frente a organização da greve “por não negociar com antisemitas”.

No contexto do processo disciplinar tramitar ao longo da burocracia da USP, a Procuradoria-Geral da USP, representada por Cátia Sandoval Peixoto, orientou em seu parecer a sujeição dos alunos à pena de desligamento de acordo com os artigos 249 e 250 do Regimento Disciplinar da USP. Tal Regimento Disciplinar remonta a legislação remanescente da Ditadura Empresarial-Militar, sendo originário do decreto-lei 52.906/1972. O Diretório Central dos Estudantes vem denunciando o episódio de perseguição desde fevereiro de 2024, enquanto o sindicato Adusp apresenta apoio à posição dos estudantes. “Trata-se, na realidade, de uma perseguição política advinda da prática de silenciamento sionista que também se coloca contra o direito de greve dos estudantes. Este é mais um ataque à liberdade política dos estudantes, que, no caso dos estudantes de Ciências Moleculares, já foram sancionados de forma autoritária pela USP por manifestar-se dentro do Inova em 2023”, diz o DCE-Livre, que aponta vínculos entre a universidade e suas congêneres israelenses, inclusive “espaço físico dedicado a Israel” na Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (Aucani).

A USP atualmente conta com diversos vínculos entre a universidade e Israel. Além da Aucani, que, segundo o site da universidade “tem como missão fortalecer a integração da USP com instituições universitárias, órgãos públicos e a sociedade, promovendo e apoiando a cooperação acadêmica em ensino, pesquisa, cultura e extensão, tanto no cenário nacional quanto internacional”, também mantém acordo com a Universidade de Ariel, localizada dentro de um assentamento ilegal em território palestino.

É importante ressaltar que tais vínculos da USP com Israel remontam a década de 1980. Desde 1984 a

Universidade de São Paulo tem relações com instituições israelenses. O primeiro a ser firmado foi com a Universidade de Tel Aviv, seguido da Universidade Hebraica de Jerusalém, a Technion – Instituto de Tecnologia de Israel, a Universidade de Haifa e a Universidade de Ariel. Há também acordos de cooperação acadêmica, como é o caso do acordo de 2010 entre o Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação de São Carlos, da USP e a Universidade de Ariel – Center of Samaria, que está situada dentro de um assentamento israelense na Cisjordânia – ou seja, território ocupado, como aponta a Jacobina.

Retomando a perseguição dos discentes que se manifestaram críticos ao Estado colonialista de Israel, os cinco estudantes que estão sendo ameaçados de expulsão são estudantes ligados ao movimento estudantil, que já haviam dirigido mobilizações contra a coordenação do curso. Embora o processo atual estivesse em curso desde novembro de 2023, os alunos só foram informados em janeiro deste ano, tendo sido impedidos de apresentar uma defesa, a fim de questionar o processo legal. Os discentes foram intimados a apresentar testemunhas, o que fizeram conjuntamente a entrada de um advogado de defesa no processo. Dessa forma, foi

indicado um conflito de interesse da comissão processante, que precisou ser reconfigurada, sendo paralisado pontualmente o PAD. Atualmente, uma nova composição da comissão foi indicada, contudo não foi informada. Com isso, os atuais responsáveis por julgar o processo sequer estiveram presentes nas oitavas de acusação e defesa. Isto é, quem está responsável pelo julgamento do processo o fará apenas com o acesso aos depoimentos por meio de gravações. As últimas atualizações do processo apresentam uma nova convocação das testemunhas para oitavas, de maneira que as oitavas das testemunhas de acusação estão previstas para 13/11 e as de defesa para 14/11. De toda forma, o processo ainda conta com a apresentação das alegações finais e o parecer da comissão julgadora.

Todo o processo abre portas para uma perigosa prorrogativa: a utilização do Regimento Disciplinar remanescente da Ditadura Empresarial-Militar originário do decreto-lei 52.906/1972 para a defesa de interesses de atores externos à corpo universitário. A solidariedade ao povo palestino não se configura como antissemitismo e é inadmissível a postura da Reitoria da USP, que persegue o seu corpo discente em defesa da manutenção de laços com o sionismo e o Estado colonialista de Israel.



Estudantes denunciam, durante a primeira Feira Árabe Palestina na USP, o processo de 5 alunos, em frente ao curso de origem dos ameaçados e ao órgão organizador de acordos internacionais, que mantém relações com Israel. Foto: Jornal O Futuro

MANIFESTO: APOIO AOS ESTUDANTES PERSEGUIDOS PELA USP POR DEFENDEREM O POVO PALESTINO

A Universidade de São Paulo (USP) está realizando um processo administrativo-disciplinar (PAD) visando à expulsão de cinco estudantes, com base em artigo inconstitucional do Regimento Geral da USP, aprovado na ditadura militar.

Acesse o Manifesto e leia na íntegra para assinar o Abaixo Assinado!





Idoso segura bandeira palestina em frente a um blindado do Exército israelense no campo de refugiados de Tulkarem, na Cisjordânia ocupada, em 22 de agosto de 2024. Foto: ZAINJAAFAR/AFP/Reprodução.

Internacional

Em meio à pressão por embargo, Brasil continua financiando a ocupação israelense

O recente veto à aquisição dos blindados israelenses da Elbit não altera a relação do Brasil de financiador da ofensiva israelense, sobretudo pela exportação do petróleo que abastece sua máquina de guerra genocida.

Após intensa pressão da sociedade e dos movimentos de solidariedade à Palestina, o governo Lula-Alckmin vetou a compra de blindados de guerra da empresa israelense, Elbit Systems. No entanto, a decisão não altera a relação do Brasil com os esforços de guerra sionistas de financiador direto da ocupação, sobretudo pela exportação do petróleo brasileiro. Declarações recentes do ministro Mauro Vieira reforçam o compromisso do governo com essa parceria, gerando críticas sobre a incoerência de uma política externa que se pretende alçar ao papel de mediadora do conflito, enquanto contribui diretamente na campanha genocida.

O governo anunciou recentemente o veto à aquisição de 36 blindados israelenses após a repercussão negativa da negociação bilionária. A compra, inserida em um programa de modernização da infantaria do exército iniciado em 2017, em licitação de R\$ 1,2 bi, encontrava-se arrastada desde a sua abertura, em abril de 2024, sobretudo diante das disputas internas do governo, representadas nas figuras de Celso Amorim, assessor especial da Presidência e ex-ministro das relações exteriores nos governos Lula 1 e 2, e José Múcio, atual Ministro da Defesa de extrema-direita e representante direto dos interesses da caserna no gabinete ministerial.

Na ocasião, Múcio afirmou publicamente que “questões ideológicas” travaram a compra por licitação dos 36 blindados. Apesar do confronto aberto com a decisão do governo, o presidente Lula disse, na ocasião, que

as declarações do ministro não abalaram sua permanência no cargo.

O veto de Lula levou em consideração as tensões com Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro da ocupação, que o declarou ‘persona non grata’ em fevereiro, além das pressões exercidas pelos movimentos solidários a Palestina diante da inação brasileira com a crescente ofensiva sionista. Em que pese os atritos com Netanyahu, o governo brasileiro ainda não rompeu relações diplomáticas com Israel – e nem pretende fazê-lo.

Como o chanceler Mauro Vieira reforçou no mês passado, não há “nenhuma possibilidade” de o Brasil romper relações com a indústria militar de Israel: “*Não está em consideração romper relações, o rompimento não leva a nada, somente ao acirramento da situação, que pode levar a conflitos maiores na região. Então, não está nas nossas considerações.*”

A afirmação do ministro ocorre em meio à intensificação do genocídio na Palestina e à condenação internacional de ações militares israelenses. A fala escancara a distância entre o discurso pacifista do governo e suas práticas econômicas.

Apesar da suspensão do contrato, e na contramão da retórica de condenação ao genocídio em fóruns multilaterais, o Brasil continua sustentando relações econômicas regulares com Israel. De forma direta, o petróleo brasileiro desempenha um papel crucial no financiamento da máquina de guerra israelense. A manutenção dessa dependência le-

vanta questionamentos sobre os reais compromissos do governo com uma política externa pró-Palestina.

O Exército Brasileiro adquiriu, por exemplo, o moderno sistema de mísseis antitanque Spike LR2, da israelense Rafael Industries. O Centro de Treinamento de Carros Blindados – em Santa Maria, região Sul do Brasil – está conduzindo “treinamento técnico na operação e manutenção do míssil Spike”, contando com quatro tipos de simuladores comprados juntamente ao sistema de armas.

Além disso, foi anunciado no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2024 a compra de R\$ 50 mi pela FAB mais uma aeronave pilotada remotamente RQ-900 Hermes, agora a quarta unidade adquirida pelo Brasil. O drone Hermes foi contratado junto a AEL Sistemas, subsidiária gaúcha do grupo Elbit – o maior da indústria militar israelense – e é hoje uma das principais armas empregadas no abate de civis em Gaza, na Cisjordânia e no Líbano.

As exportações de petróleo brasileiro à entidade sionista têm posição destacada no colaboracionismo com o genocídio. O Brasil já é responsável por 9% do total de combustível fornecido a Israel este ano, petróleo que é utilizado pela ocupação para operar as frotas de caças, tanques e blindados, assim como as escavadeiras que são utilizadas para acabar com as casas palestinas, abrindo caminho para os assentamentos ilegais.

Na quarta-feira (13), uma coalizão solidária à Palestina apresentou na COP 29 um pedido ao Brasil, à

África do Sul e à Turquia para cessarem o fornecimento de gás e energia a Israel. Recentemente, o governo da Colômbia anunciou medida neste sentido, e cessou o fornecimento de carvão à ocupação. O carvão colombiano perfez o montante de 60% de todo o carvão fornecido à ocupação durante o ano de 2023.

É pertinente destacar que, como país signatário de convenções internacionais como a de Genebra e a Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio da ONU, o Brasil tem responsabilidade internacional nas violações dos direitos humanos que viabiliza mediante a exportação de combustível para a máquina de guerra sionista.

A Assembleia Geral da ONU aprovou recentemente uma resolução histórica por sanções a Israel, contando com o apoio de 124 países, incluindo o Brasil. Entretanto, para a sua efetiva implementação, é necessário organizar uma intensa mobilização pelo embargo militar e o fim das exportações de petróleo brasileiro para Israel.

O governo Lula-Alckmin é desafiado, pelas próprias contradições de sua posição dúbia e vacilante, a alinhar sua política externa à suposta posição pró-Palestina que ora proclama para si. Enquanto as relações econômicas com Israel permanecerem intocadas, o Brasil continuará sendo pressionado por contribuir para o financiamento de um genocídio que condena oficialmente.

Internacional

Jornalista que presenciou ataques de Israel contra o Líbano critica cobertura brasileira

A ofensiva sionista contra o Líbano é mais um dos ataques feitos impunemente por Israel, que tem a mídia ocidental como grande aliada. Até agora, já foram registradas mais de 1.800 mortes causadas pelos bombardeios e ataques iniciados em setembro deste ano.

O Brasil é o país com a maior comunidade libanesa no mundo, com aproximadamente 10 milhões de migrantes ou descendentes do país. O Líbano abriga uma das maiores comunidades brasileiras no Oriente Médio, com mais de 20 mil pessoas, mas, mesmo diante deste vínculo, a mídia brasileira faz uma cobertura fraudulenta sobre o ataque israelense contra a população. Entre os milhares de mortos estão dois adolescentes brasileiros, assassinados após um ataque sionista a regiões de civis em setembro de 2024. De origem libanesa, a jornalista e pesquisadora Leila Salim Leal, de 39 anos, é uma das brasileiras que moram em Beirute. Casada com um homem libanês, ela teve que deixar sua casa e voltar para o Brasil após a intensificação dos bombardeios do exército israelense.

Leila passou a cobrir os eventos de forma independente e se tornou uma voz importante na disseminação de outras perspectivas sobre os acontecimentos no Oriente Médio.

“Quando teve o evento das explosões dos paggers, a minha vida virou de cabeça para baixo. Acabei passando esse período de férias cobrindo tudo que eu conseguia, trabalhando mais do que nunca. Até o momento em que eu entendi que precisava voltar para o Brasil, eram drones na minha cabeça o dia inteiro e a perspectiva do aeroporto fechar. Entendi que se eu não voltasse agora, teria o risco de não conseguir, já foi muito difícil agora. Meu marido e eu tínhamos acabado de nos mudar e começar a montar nossa casa nova. Ele não pôde vir agora porque precisa cuidar da sua mãe, que está com Alzheimer, tem também questões de trabalho. Estamos tentando uma entrada de refugiado para a minha sogra vir para o Brasil”, explica com pesar.

A jornalista lembra o trauma causado pelo ataque sionista, incluindo o assassinato de uma criança de 10 anos, que estava dentro de casa. “Os paggers começaram a explodir nas ruas, em escolas, dentro das casas, em supermercados. Um dos casos mais tristes foi uma menina de 10 anos que estava com um pager em mãos, dentro da própria casa. Uma pessoa foi à sacada e viu uma pessoa explodindo na rua. Na rua eu vi um nó no trânsito, gente correndo, ambulância para tudo quanto é lado,

quanto mais eu me aproximava da área sul. A sensação que dava era que qualquer carro ou pessoa ao seu redor poderia explodir”, relembra.

Ela destaca que, embora haja um discurso de que o ataque atingiu apenas combatentes do Hezbollah, essa é uma ideia falsa. “Profissionais de saúde usavam paggers. Estão chegando kits de ajuda humanitária e todo mundo joga fora as lanterninhas que vem nos kits porque todo mundo está, com razão, com medo de qualquer eletrônico explodir a qualquer momento. Essas pessoas não estavam em regiões militares. Não sou especialista em direito internacional, mas claramente o princípio da distinção para guerras foi violado. Não se pode fazer punição coletiva a civis. Mesmo se fosse um combatente, em áreas civis ele não poderia ser alvejado, e foi o que aconteceu”. Durante a entrevista, Leila relatou também outros crimes do último mês que evidenciam as violações constantes israelenses, como um ataque a um prédio da imprensa e a bases da ONU.

“A primeira coisa que é evidente para qualquer pessoa que viva no Líbano é que o ataque é contra todo o povo libanês e contra todo o território. Vivendo lá, isso dá uma outra dimensão. Não existe isso de ataques ao Hezbollah, ataques direcionados. Existem áreas que são mais inseguras e áreas menos inseguras, mas não existem áreas seguras. Existem áreas que são mais visadas, como áreas muçulmanas xiitas, mas essas áreas também são fundamentalmente residenciais e são tratadas como se fossem ‘fortalezas do Hezbollah’, mas são áreas residenciais”.

Os números apresentados por Leila reforçam o impacto do genocídio na população de todo o país. “Os últimos números falam de 1.400.000 pessoas deslocadas no Líbano, a população do Líbano é de 5.400.000 pessoas, então estamos falando de mais de 1/4 do país deslocado. Tem pessoas que sequer conseguem ir para alojamentos, que já são precários. Falta água, falta comida, a comida precisa ser racionada e muitos não conseguem ficar nas salas porque não tem mais espaço, então precisam dormir nas escadas. Durante a noite você não consegue sequer circular entre esses espaços. A água chega uma vez por dia, durante 2 horas”.



Video feito por fotógrafo que registrou o momento em que um prédio habitacional em Beirute é atingido por um míssil israelense, causando a morte de dezenas de civis e deixando centenas de feridos. Fonte: Reprodução Youtube/NEWSCENTERMaine.

A jornalista destaca que a mídia tradicional segue um padrão de comportamento de inversão ideológica, onde todos os atos de Israel são retratados como gestos de autodefesa. “Não só legitimam o genocídio a posteriori, como fica cada vez mais claro que esse padrão de cobertura jornalística cria as condições para que o genocídio aconteça. Assumem como ponto de partida que toda a guerra expansiva, colonial, racista, de limpeza étnica que está na fundação e na existência do estado de Israel, é uma ação de autodefesa. Israel invadiu o Líbano em 1978, não existia Hezbollah, invadiu em 1982, não existia Hezbollah. O Hezbollah surge a partir da invasão de 1982”.

Neste ataque de 1982, ao qual Leila se refere, ocorreu o massacre de Sabra e Chatila. No atentado a civis refugiados libaneses e palestinos, Israel estava aliado a grupos fascistas chamados falangistas, que difundiam até mesmo o antisemitismo que os israelenses afirmam combater. O evento foi reconhecido como genocídio pela ONU.

Como convidada para falar sobre o tema na imprensa, Leila passou a buscar formas de evidenciar as contradições da cobertura da grande mídia. “É um debate que a gente não pode se furtar de fazer, mas é difícil, fecha portas para a gente criticar corporações de mídia e colegas de profissão, mas é inadiável. O que deveria

ser o bom jornalismo com autocritica e debate, é visto com maus olhos”.

Leila finaliza com palavras de ordem e de esperança: “Essa resistência (islâmica) surge de uma contradição e quanto mais se aprofunda essa contradição, mais essa resistência vai surgir em suas variadas formas. A história da resistência teve protagonismo de forças de esquerda, de grupos não religiosos, ali na década de 1970, 1980, que foram aniquilados. Inclusive, o que abriu espaço justamente para esses movimentos de resistência islâmica. Mas, também, há uma juventude universitária, há movimentos seculares surgindo, movimentos de mulheres, de famílias. As fontes de construção e de aspiração por emancipação não cessam e isso para mim é muito claro. Eu não acredito que essa barbárie cometida vai ser suficiente para aniquilar o Hezbollah. É duro e às vezes a gente compra esse discurso da derrota, mas eu preciso falar desse outro lado. Enquanto Israel existir, vai existir resistência e temos uma tarefa histórica de ecoar essas vozes, de denunciar o Estado colonial, racista, de limpeza étnica, cometendo um genocídio aos nossos olhos. É uma tarefa do nosso tempo, geracional. Precisamos denunciar com todas as nossas forças isso e esperar o dia, que eu tenho certeza que vai chegar, da emancipação do povo árabe e da derrota do Estado sionista de Israel”.

Acesse nossa campanha de financiamento pelo site apoia.se/jornalofuturo ou pelo QR code



Para colaborar através do PIX utilize o QR code a seguir ou através da chave: 54.810.269/0001-62

